

As Condições de Trabalho nos Tribunais Portugueses Um diálogo com as perspetivas internacionais

Sessão 1

O tribunal como espaço de trabalho para as profissões judiciais

João Paulo Dias – jpdias@ces.uc.pt

Conceição Gomes – cgomes@ces.uc.pt

Seminário Internacional Online – 24 de fevereiro de 2022

Observatório Permanente da Justiça / Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
University of Coimbra



QUALIS - Qualidade da Justiça em Portugal! Impacto das condições de trabalho no desempenho das profissões judiciais

- QUALIS é um projeto de investigação que “olha para o outro lado dos tribunais”, tendo como objetivo estudar as condições de trabalho dos profissionais a exercer funções nos tribunais (magistraturas judicial e do Ministério Público e funcionários/as de justiça) em Portugal

Objetivo da Apresentação

- Esta apresentação compila, de forma sumária, os resultados preliminares do inquérito às profissões judiciais, das entrevistas aos/às profissionais judiciais e dos workshops de cocriação, identificando as suas perceções destes profissionais sobre as condições de trabalho nos tribunais, relativamente às condições físicas e ambientais



- **Enquadramento – o que nos motivou fazer o QUALIS?**
- Resultados do projeto de investigação “Quem São Os Nossos Magistrados” (FCT: 2009-2013) – sobre atitudes, valores e princípios profissionais revelou que:
 - 72,9% consideraram que o volume processual é excessivo e com impactos negativos no seu desempenho profissional
 - 75,5% dos magistrados/as (juízes/as e magistrados/as do Ministério Público) sentiam níveis elevados de stress profissional
 - 81,1% afirmaram que o stress profissional tem impactos negativos na sua vida pessoal e familiar

Quem são os nossos magistrados?

Caracterização profissional dos juízes e magistrados do Ministério Público em Portugal

RELATÓRIO
www.ces.uc.pt
centro de estudos sociais

Financiado por:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

PTDC/CPJ-JUR/100390/2008 | FCOMP-01-0124-FEDER-009210

ces
Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

Equipa de Investigação:
António Casimiro Ferreira
(Coordenador)
João Paulo Dias
Madalena Duarte
Paula Fernando
Conceição Gomes
Alfredo Campos

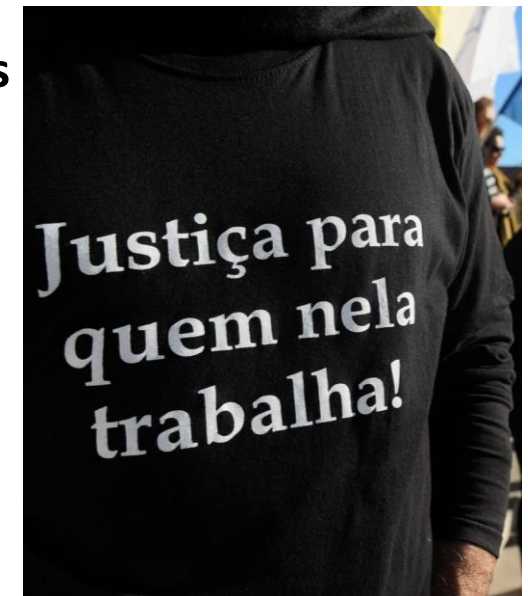
ENTREVISTAS

- **Período**
 - Entrevistas exploratórias – janeiro-junho 2019
 - Entrevistas Estudos de Caso – maio-julho 2021
- **População-alvo das Entrevistas Exploratórias e dos Estudos de Caso**
 - Juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e oficiais de justiça das Comarcas de Lisboa e Coimbra e representantes de associações/sindicatos
- **Total: 17 entrevistas exploratórias + 73 entrevistas (estudos de caso) = 90 entrevistas**
- **Entrevistas Estudos de Caso: 73** (20 edifícios em Coimbra e 9 em Lisboa)
 - 22 Juízes/as
 - 23 Magistrados/as do Ministério Público
 - 28 Oficiais de Justiça

3 WORKSHOPS de cocriação de diagnóstico e recomendações sobre (Janeiro 2022):

- Condições de Trabalho
- Conflito Trabalho - Família
- Saúde e Bem-Estar

Com participação de profissionais do IGFEJ, Conselhos Superiores, associações e sindicatos e Conselhos de Gestão das comarcas de Coimbra e Lisboa



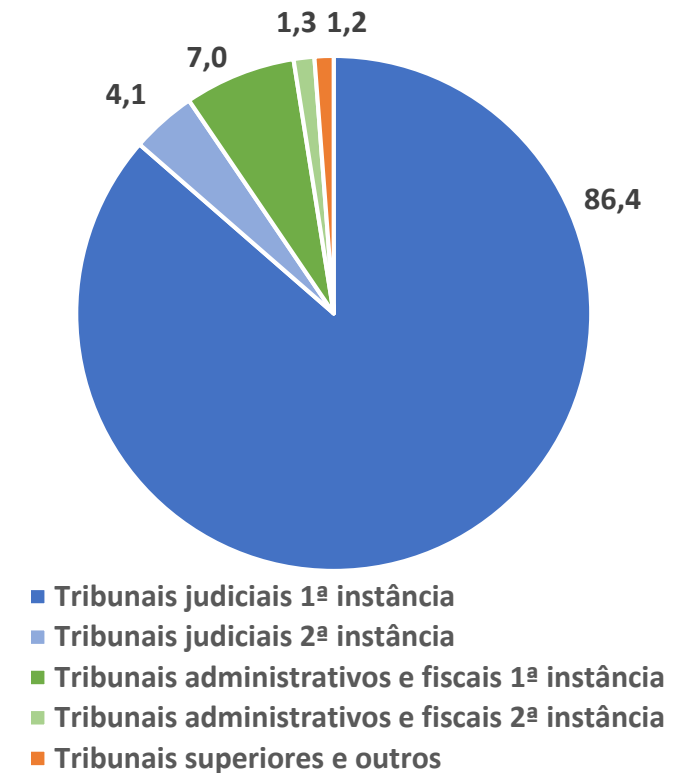
QUESTIONÁRIO

- **Período**
 - Outubro a novembro de 2020
- **População-alvo: 10 978 profissionais** (em Dezembro 2020)
 - Todos/as os/as juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e funcionários/as judiciais dos Tribunais Judiciais e Administrativos das diferentes instâncias
- **Total: 1 739 respostas válidas (15,8%)**

Profissões judiciais	Universo	Participantes	% resposta
Magistrado/a Judicial	2 012	356	17,7%
Magistrado/a do Ministério Público	1 419	259	18,3%
Oficial de Justiça*	7 547	1 124	14,9%
Total	10 978	1 739	15,8%

* O universo de inquiridos incluiu todos os funcionários de justiça. Porém, por opção metodológica, foram apenas incluídos na análise os oficiais de justiça.

Respondentes por tipo de tribunal (%)

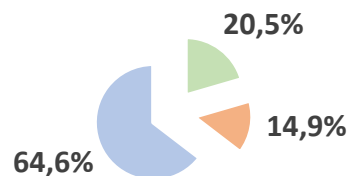


A distribuição dos respondentes por tribunal revela uma ligeira predominância dos Tribunais Judiciais face aos Tribunais Administrativos (90%) tendo em consideração o valor real, que é de cerca de 85% de recursos humanos nos Tribunais Judiciais

Profissionais inquiridos (N=1 739)

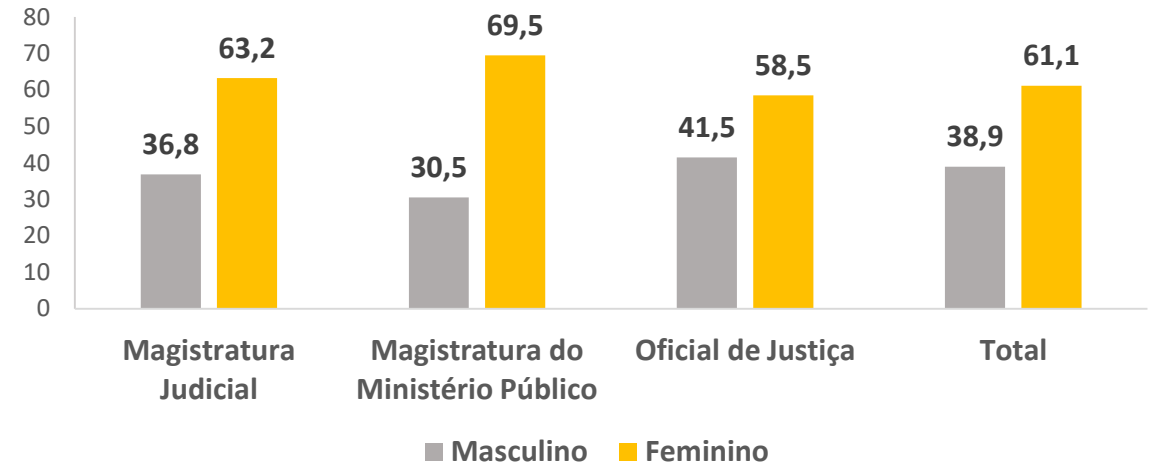
- A amostra apresenta uma distribuição por profissão e sexo semelhante ao universo de juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e oficiais de justiça
- Os/as respondentes são sobretudo mulheres (61,1%), sendo essa sobrerrepresentação superior no Ministério Público
- Têm idades entre os 20 e os 69 anos, com uma média de cerca de 48 anos (M= 48,73; DP=9,62)

Profissionais Inquiridos (N= 1 739)

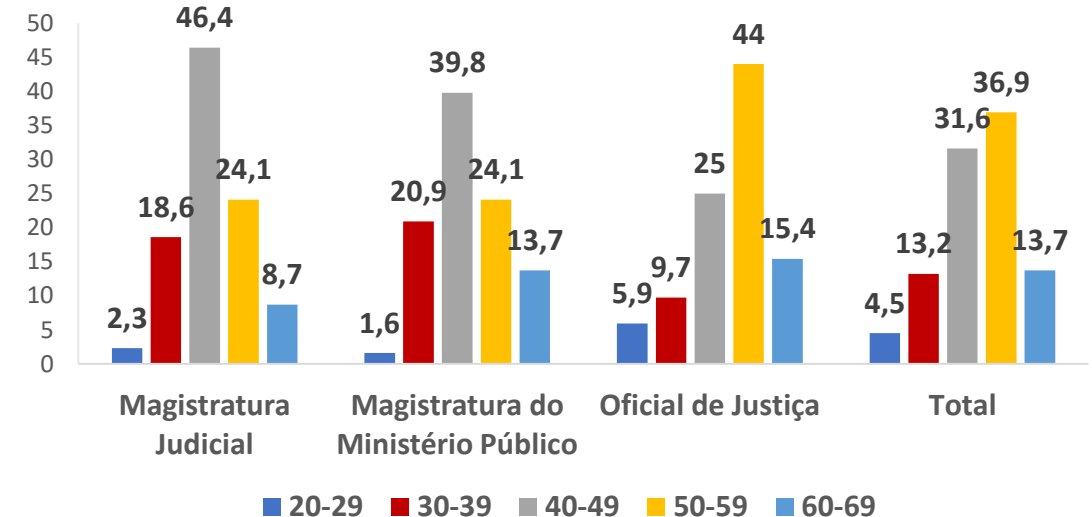


■ Magistratura Judicial ■ Magistratura do Ministério Público ■ Oficial de Justiça

Sexo por profissão judicial (%)



Distribuição etária por profissão (%)



MAGISTRADOS/AS JUDICIAIS

- 63,2% são mulheres
- Têm em média 46,7 anos de idade e 15,43 anos de profissão
- 83,8% afirmam que o seu trabalho implica Sempre / Frequentemente um ritmo de trabalho elevado para cumprir os prazos exigidos
- Mais de 70% afirmam trabalhar Sempre / Frequentemente horas extra (78,3%) e ao fim de semana (72,2%) para cumprir os prazos exigidos

MAGISTRADOS/AS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 69,5% são mulheres
- Têm em média 47,4 anos de idade e 16,51 anos de profissão
- 77% afirmam que o seu trabalho implica Sempre / Frequentemente um ritmo de trabalho elevado para cumprir os prazos exigidos
- 69,7% afirmam trabalhar Sempre / Frequentemente horas extra e 57,6% ao fim de semana para cumprir os prazos exigidos

Ao nível de volume, acho que é aceitável. (...) É impossível beneficiar de todos os fins de semana para mim, assim como é impossível sair todos os dias a horas decentes. Por exemplo, ainda ontem, no feriado, vim para o tribunal e o tribunal estava cheio de colegas meus porque é impossível, nestas funções, não trabalhar de vez em quando. [LX.MJ.04]

Não existe na vida profissional de um magistrado um dia que chegue a determinada hora e se possa dizer: “o trabalho está feito, vou para casa”. Isso não existe. Acho que ninguém lhe dirá isso. [CBR.MP.08]

OFICIAIS DE JUSTIÇA

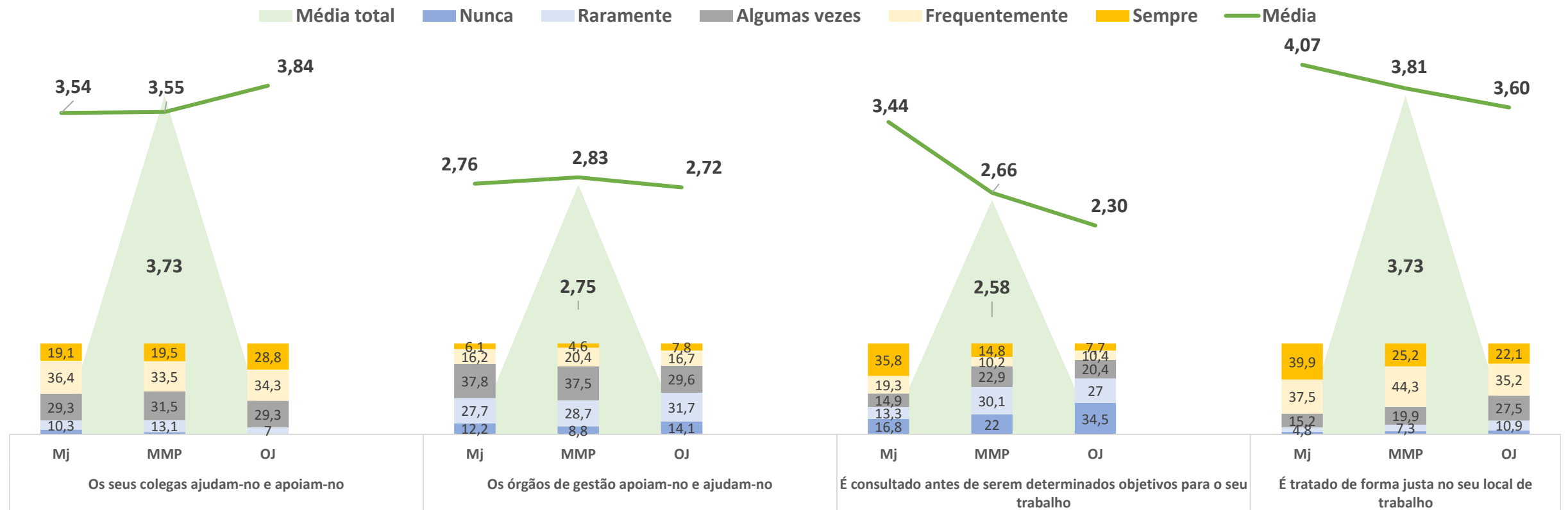
- 58,5% são mulheres
- Têm em média 49,7 anos de idade e 21,52 anos de profissão
- 77,1% afirmam que o seu trabalho implica Sempre / Frequentemente um ritmo de trabalho elevado para cumprir os prazos exigidos
- A maioria Não Trabalha ou Trabalha Algumas Vezes horas extra (62%) ou ao fim de semana (85,5%) para cumprir os prazos exigidos

Ao longo dos anos as pessoas foram saindo e o quadro de funcionários não foi renovado. Somos uma classe envelhecida. No meu serviço a pessoa mais nova tem 37 anos. A partir daí têm todos cinquenta e muitos, sessenta e poucos. Há toda uma faixa da população jovem que tinha de ser aproveitada. Tinham que abrir concursos e colocar jovens nos quadros. [CBR.OJ.01]

Habitualmente é raro fazer as 7 horas [de trabalho diário]. Faço sempre entre 8 a 9 horas. Para “ficar de consciência tranquila” porque não consigo ver trabalho acumulado. Ao fim de semana não é habitual trabalhar porque faço o horário semanal alargado. Mas se houver picos e coisas que têm que ser respondidas com urgência, se tiver que trabalhar tento que não passe das 4 horas de trabalho. [LX.OJ.04]

「Relações de trabalho nos tribunais」

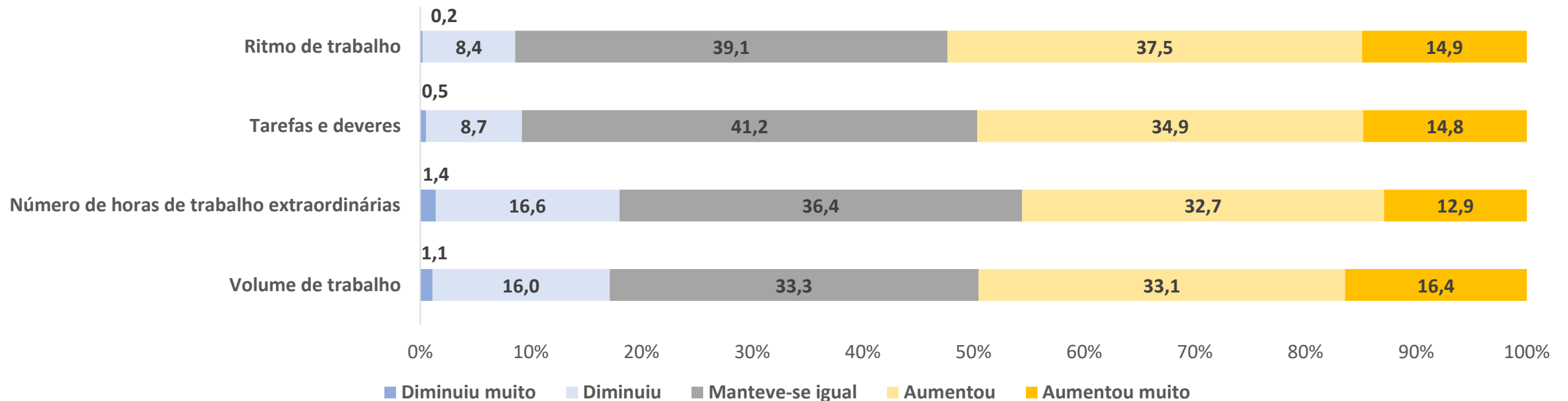
(Seleção de) Dimensões de avaliação das relações de trabalho por profissão



- Os profissionais judiciais sentem-se, com maior frequência, ajudados e apoiados pelos colegas, mas consideram que o apoio dos órgãos de gestão é relativamente limitado
- Os profissionais judiciais sentem que são pouco consultados quanto aos objetivos para o seu trabalho, sobretudo a magistratura do Ministério Público e os oficiais de justiça. Não obstante, existe uma boa perceção de existência de um tratamento justo no local de trabalho

「Evolução das condições de trabalho」

Mudanças no trabalho nos últimos 5 anos (%)

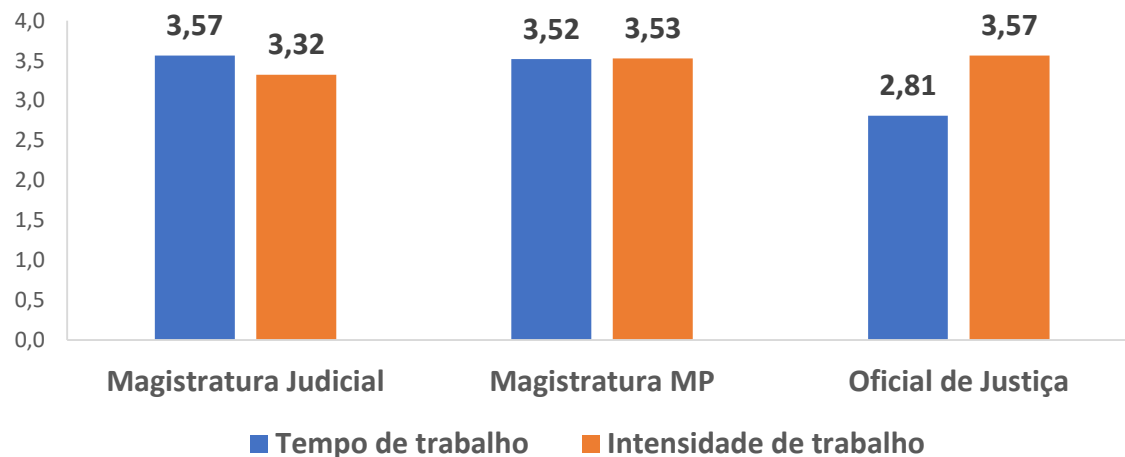


- Cerca de 50% dos/as inquiridos/as referiu que o volume, horas extraordinárias, tarefas e ritmo de trabalho aumentou ou aumentou muito nos últimos 5 anos, compreendendo para os tribunais comuns o período pós-reforma
- Dos restantes inquiridos, a maioria indicou uma manutenção do trabalho nessas dimensões, sendo muito poucos aqueles que sinalizaram uma diminuição

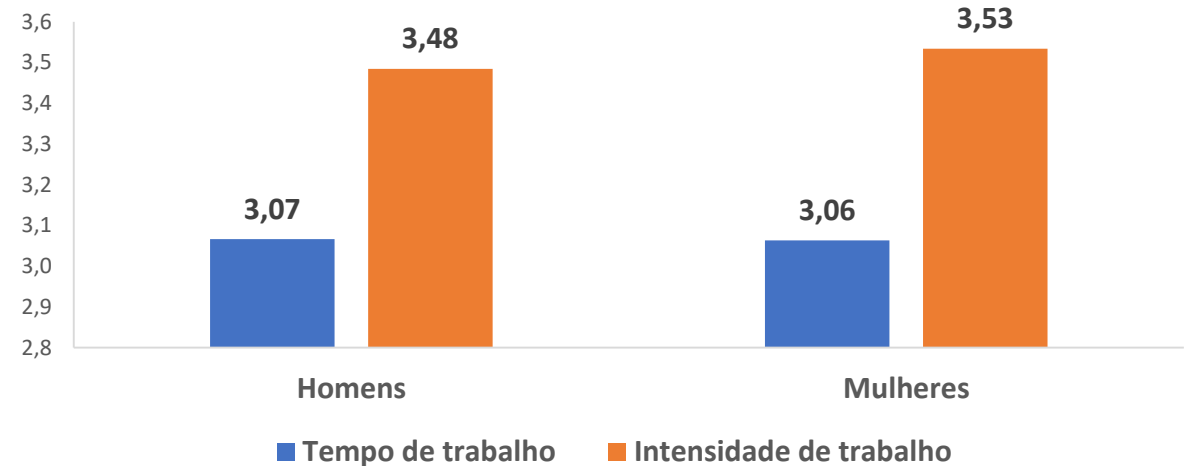
Nos últimos dez anos, posso quase contar os fins de semana em que não trabalhei. Raramente não trabalho no fim de semana. Em 100 dias de fins de semana, eu trabalho em 80 desses dias. [LX.MJ.02]

「Tempo e Intensidade de Trabalho」

Tempo de trabalho e intensidade de trabalho por profissão – Trib. Judiciais 1ª Instância (índice médio)



Tempo de trabalho e intensidade de trabalho por sexo – Trib. Judiciais 1ª Instância (índice médio)



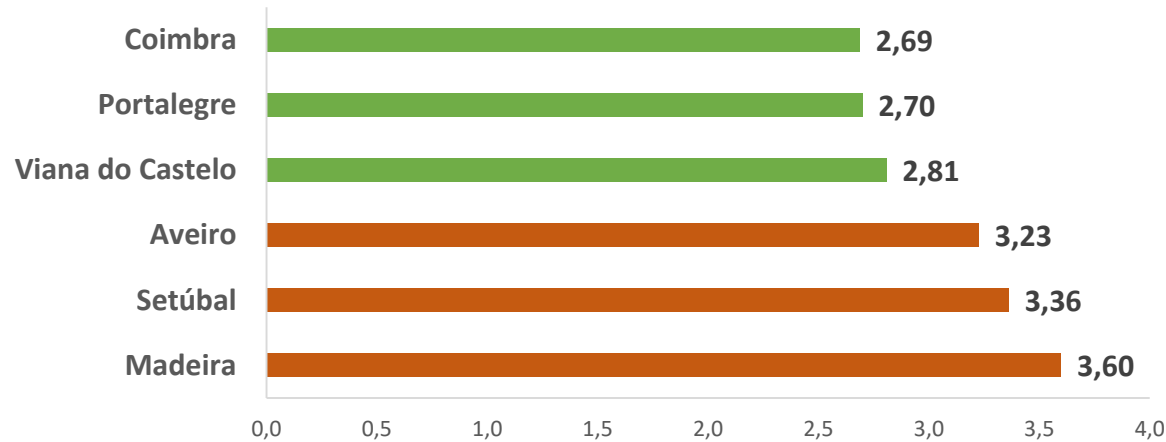
- Tempo de Trabalho é um índice construído a partir de 4 itens: duração, trabalho atípico, regime de horários e flexibilidade. Intensidade de Trabalho inclui 4 itens: exigências quantitativas, determinantes do ritmo, interdependência e exigências emocionais e determinantes judiciais (escalas adaptadas do EUROFOUND, 2016 e 2021)
- Magistraturas com valores mais elevados no Tempo de Trabalho e Oficiais de Justiça com valores mais elevados na Intensidade de Trabalho. Tempo e Intensidade de Trabalho com valores mais elevados nas mulheres do que nos homens

O ritmo de trabalho é exigente. Eu não tenho reserva de tempo para dar mais. Tenho sempre o meu tempo ocupado. E se não ocupar também parte da noite a trabalhar, não tenho o meu trabalho em dia. [CBR.MP.01]

「Tempo e Intensidade de Trabalho」

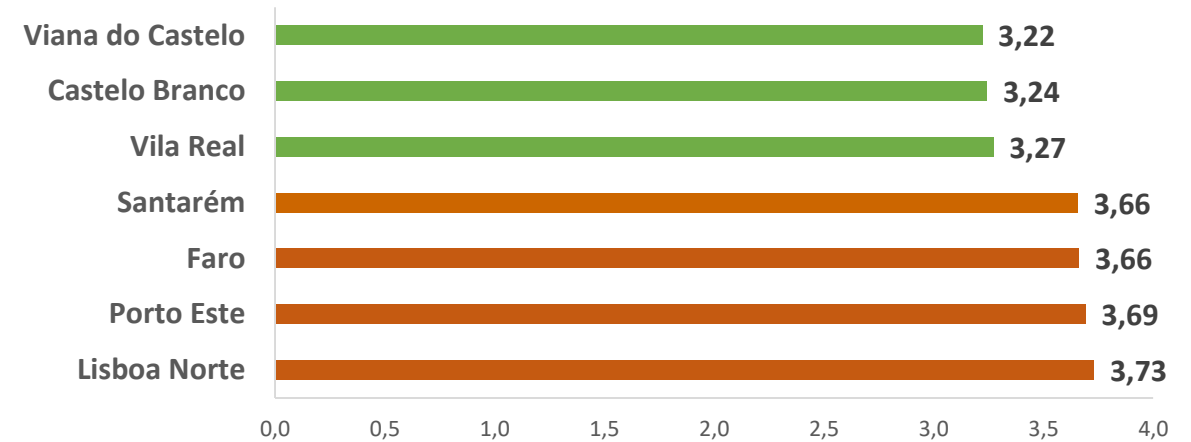
Tempo de trabalho por Trib. Judicial 1ª Instância

(índices médios inferiores e superiores)



Intensidade de trabalho por Trib. Judicial 1ª Instância

(índices médios inferiores e superiores)

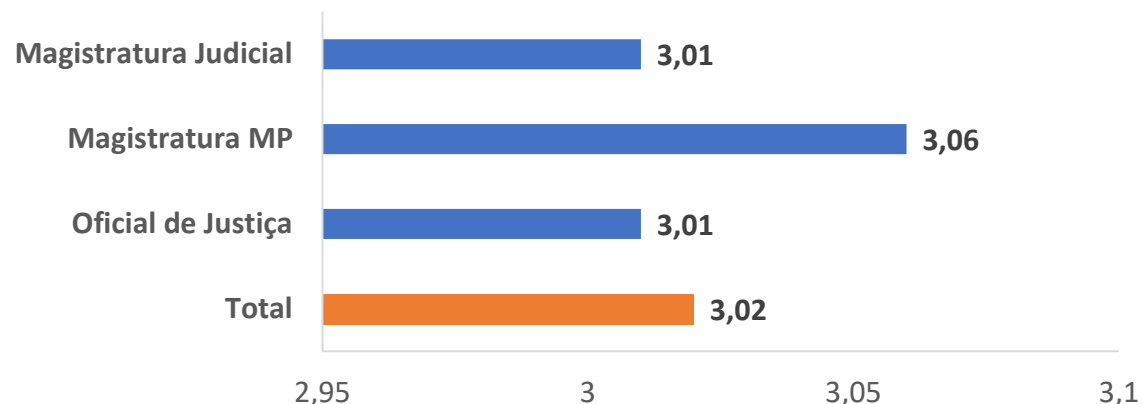


- Existem diferenças relevantes no Tempo de Trabalho por comarca (tribunais judiciais), com algumas a registar valores mais baixos (Coimbra, Portalegre e Viana do Castelo) e outras valores mais elevados (Aveiro, Setúbal e Madeira)
- Diferenças pouco expressivas em relação à Intensidade de Trabalho, com as comarcas com valores mais elevados (Santarém, Faro, Porto Este e Lisboa Norte) a ficarem pouco acima das que registam valores mais baixos (Viana do Castelo, Castelo Branco e Vila Real)

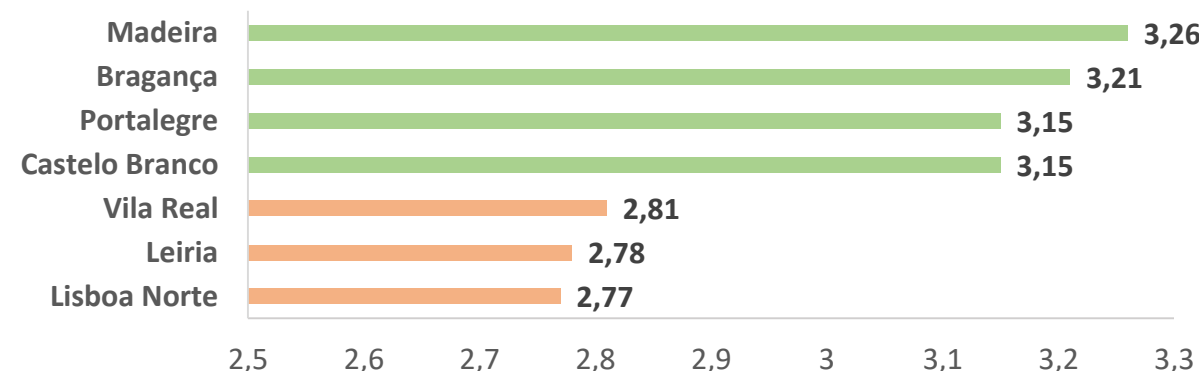
Houve meses, em Lisboa, que chegaram a entrar mais de 40 processos novos para cada juiz. Isso representa que, para manter a pendência, uma pessoa tinha que fazer quarenta sentenças mensais. Ora, é impossível. Impossível. (...) Há processos que são fáceis, mas outros são muito difíceis, e cada vez mais as partes têm pessoas mais competentes. Não estou a querer pôr em causa, a condicionar a litigância, mas o facto é que eles invocam todo o tipo de fundamentos e uma pessoa tem que os conhecer. [LX.MJ.02]

Condições físicas e ambientais

Avaliação do local de trabalho por profissão (média global)



Avaliação do local de trabalho por Trib. Judicial 1ª Instância (médias globais superiores e inferiores)

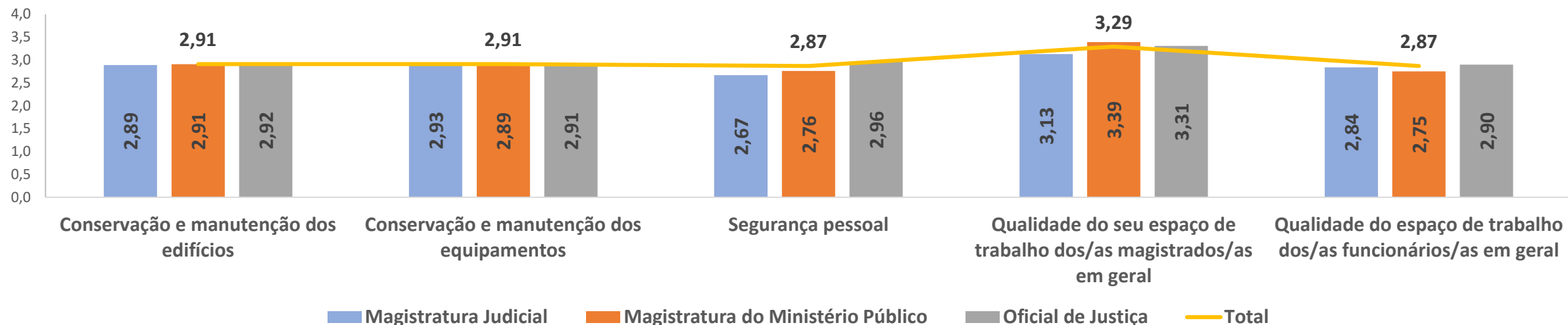


- A avaliação global do local de trabalho em termos de gestão, conservação, manutenção e adequação das infraestruturas e equipamentos apresenta um nível médio de satisfação global (10 itens) positivo (3 numa escala de avaliação crescente de 5 pontos)
- Oficiais de Justiça apresentam igualmente um valor positivo, apesar de trabalharem em condições mais precárias que as magistraturas (naturalização das condições de trabalho)
- Existem diferenças, não muito elevadas, na avaliação dos locais de trabalho nos 23 Tribunais Judiciais de 1ª Instância

Para um edifício de escritórios estaria bem, para um tribunal não. Não tem de raiz a necessidade dos fios que agora usamos. Foram feitas calhas, vão sendo adaptadas conforme a necessidade, [mas com] o aumento dos funcionários, o aumento da tecnologia, é só remendos. (...) Não dá a dignidade de um tribunal. Entra-se quando se quer porque não há uma porta que possa encerrar o acesso ao resto do edifício. [CBR.OJ.04]

「Condições físicas e ambientais」

Dimensões de avaliação do local de trabalho por profissão e no total (média)



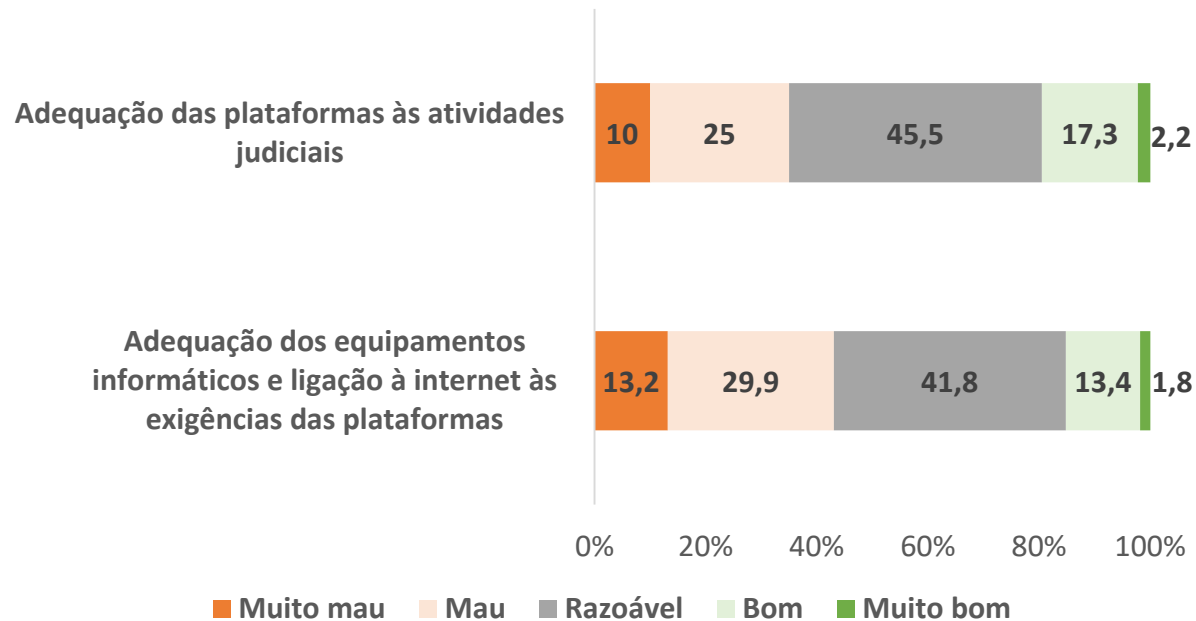
- Apesar da avaliação global positiva do local de trabalho, os profissionais judiciais avaliam de forma mais negativa as dimensões da conservação e manutenção dos edifícios e equipamentos e a segurança pessoal
- A qualidade do espaço de trabalho das magistraturas é avaliada de forma mais positiva do que a dos oficiais de justiça
- A média das 5 dimensões assinaladas regista um valor ligeiramente positivo - 2,95

Não vejo ninguém a fazer manutenção ao ar condicionado. E o exemplo disso é que há uns anos, de um momento para o outro, fiquei com a minha vista toda vermelha. Fui ao oftalmologista e foi ele que me disse que devia de ser algum vírus que estava no ar condicionado. Esses vírus acontecem por falta de manutenção. (...) Para um espaço fechado, deveria haver mais manutenção. [LX.OJ.01]

O mobiliário não é bom. As gavetas, às vezes, não fecham bem. Abrem e depois magoamos lá os joelhos e as pernas (...) as cadeiras também já estão todas muito gastas, algumas com buracos, porque são de tecido e já estão velhinhas. Se calhar, nós é que nos contentamos com pouco, mas o mobiliário não é, de maneira nenhuma, o mais indicado. [LX.OJ.09]

「Condições de trabalho - pandemia」

Apoio às diligências à distância (%)



- A maior percentagem dos respondentes considera que durante o primeiro confinamento:
 - As plataformas informáticas responderam adequadamente (45,5%) ou bem/muito bem (19,5%) – realce para os 35% que responderam negativamente
 - Mas regista valores mais baixos na adequação dos equipamentos informáticos e ligação à internet, onde 41,8% considera que responderam adequadamente ou bem/muito bem (15,2%) – realce para os 43,1% que responderam negativamente

O CITIUS funciona mal. Tenho tido imensos problemas, sobretudo com a VPN. Aquilo demora quase meia hora a abrir um ficheiro. É uma confusão. (...) O CITIUS poderia ser uma ferramenta muito boa que ajudava, mas, por vezes, dificulta. (...) Coisas que demoravam dez minutos às vezes demoram imenso tempo só para abrir o documento. [CBR.MJ.03]

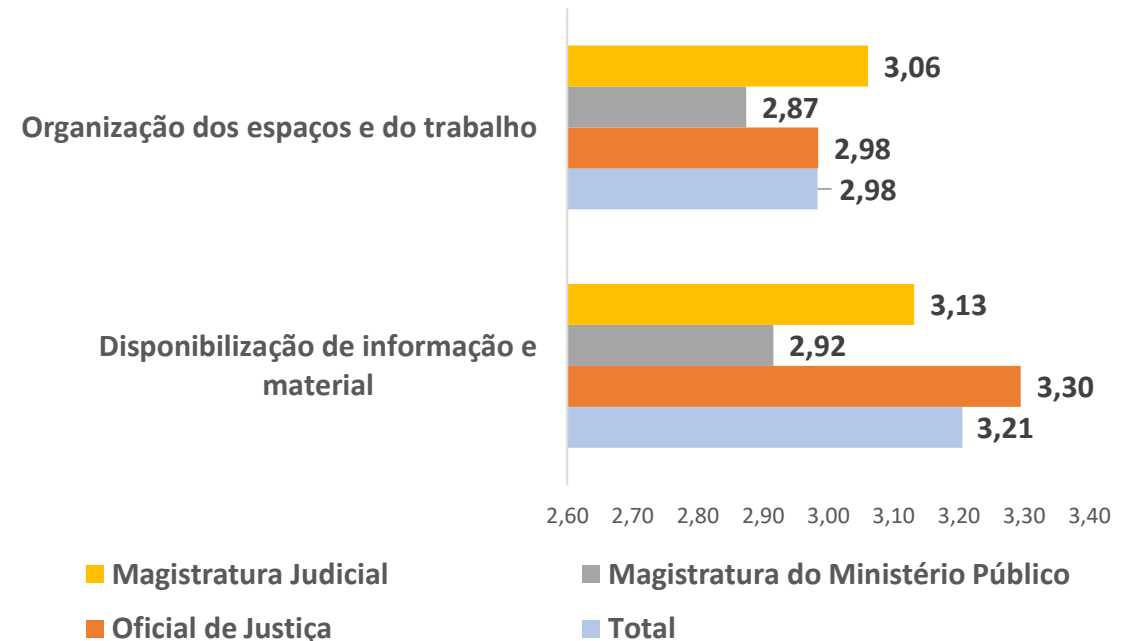
Quando foi proposto trabalhar em teletrabalho, disseram logo que não havia computadores para toda a gente. Tanto eu como o meu marido, que por acaso também trabalha no mesmo Tribunal, trabalhamos com material próprio. [LX.OJ.01]

Condições de trabalho - pandemia



- Existe uma perceção ligeiramente positiva em relação às medidas tomadas quanto à organização dos espaços e do trabalho (por exemplo, ventilação dos espaços, distanciamento)
- A informação e materiais disponibilizados regista valores um pouco melhores, ainda que estes não sejam muito elevados, revelando, para o contexto pandémico, que na opinião dos inquiridos (especialmente da magistratura do Ministério Público) devia ter sido feito mais

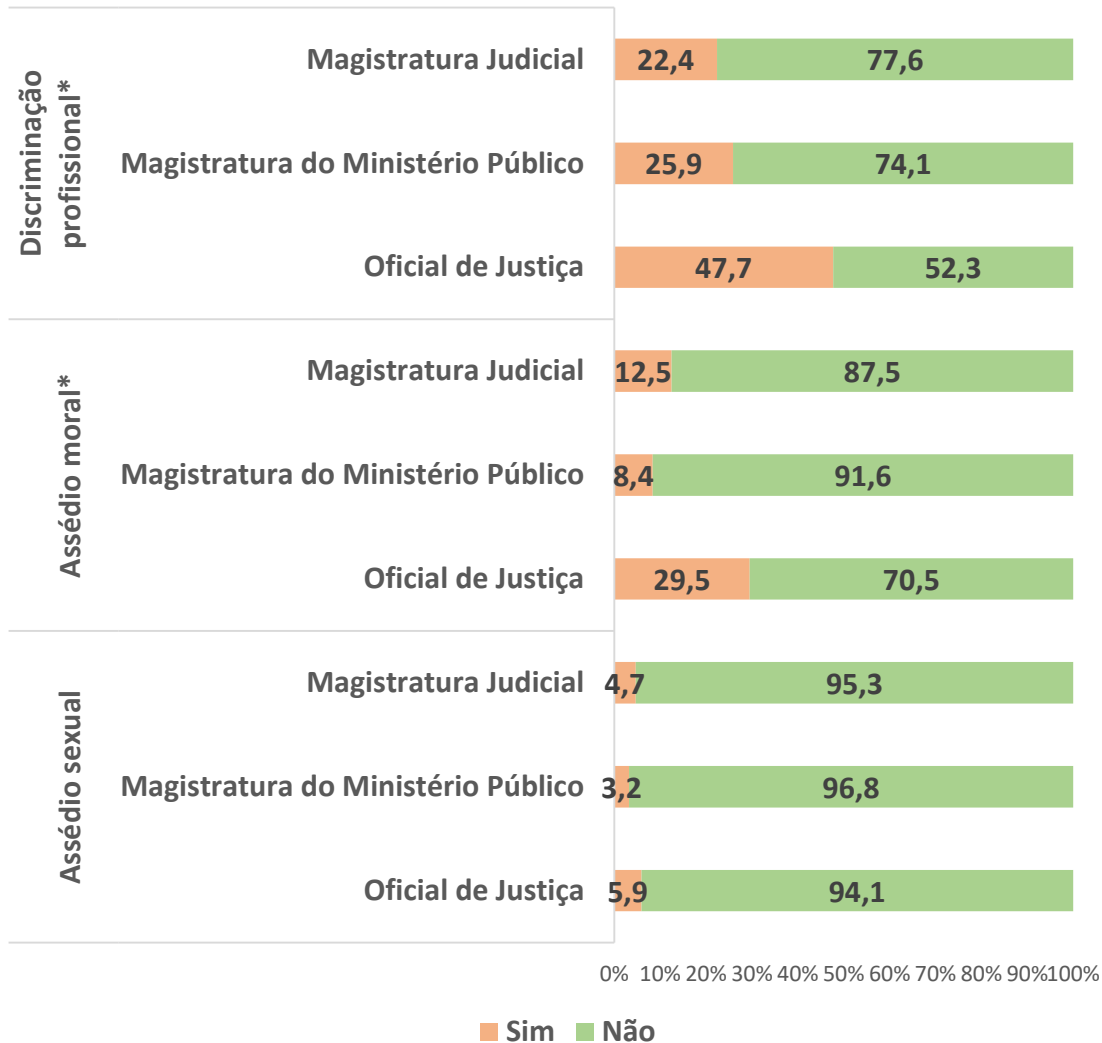
Avaliação agregada das medidas de prevenção do contágio por COVID-19, por profissão (média)



Estamos a falar de secretarias que estão em open space e em que a possibilidade de se distanciarem uns dos outros é muito difícil. Neste momento eles até têm algumas divisórias, andam com máscara, felizmente não tem havido grandes problema de nos infetarmos aqui, mas o espaço de secretaria também não é adequado, sobretudo nesta altura.
[LX.MP.02]

「Assédio laboral e sexual (vivenciadas)」

Discriminação e assédio por profissão (%)



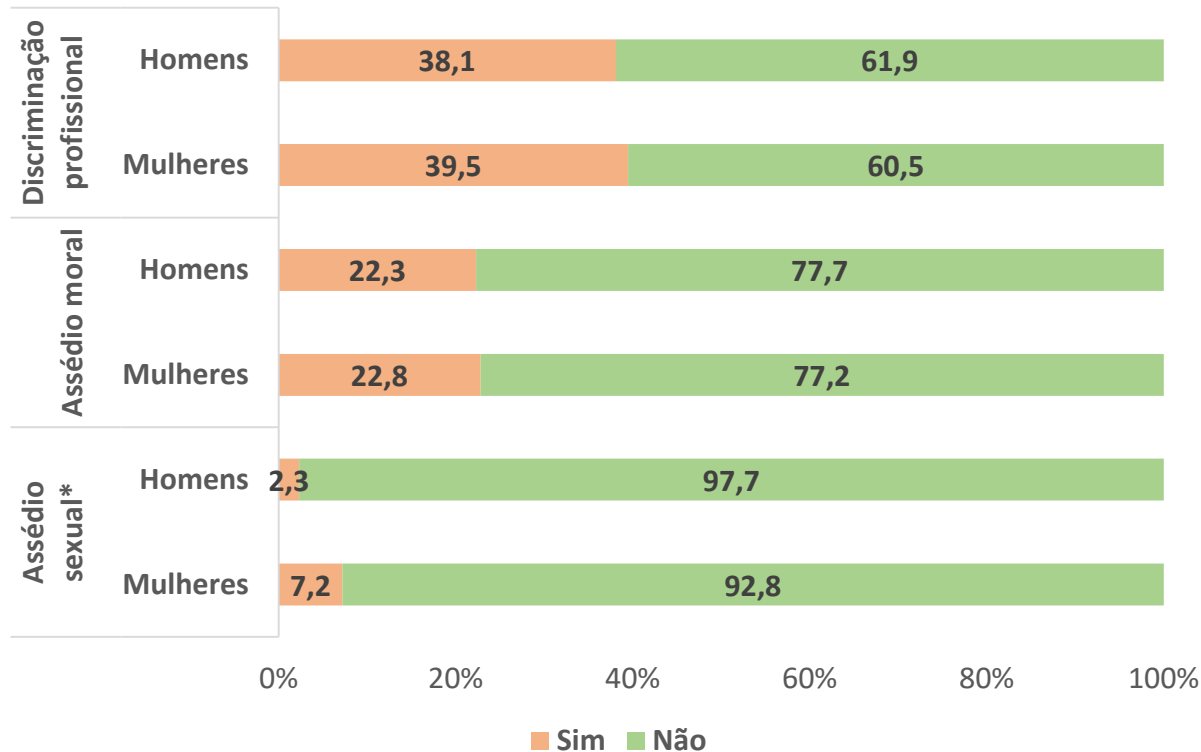
- Valor elevado de Discriminação Profissional (DP), que no caso dos/as Juízes/as pode questionar a independência judicial
- O Assédio Moral (AM) mostra um contexto laboral preocupante, em especial para Oficiais de Justiça

Eu acho que os oficiais de justiça são ainda mais prejudicados em termos de discriminação e em termos de assédio. Eu não digo que seja um assédio de natureza sexual, às vezes, mas que a forma como eles são tratados é má, é, eles sofrem bastante. Mas aí, homens e mulheres sofrem. [LX.MJ.04]

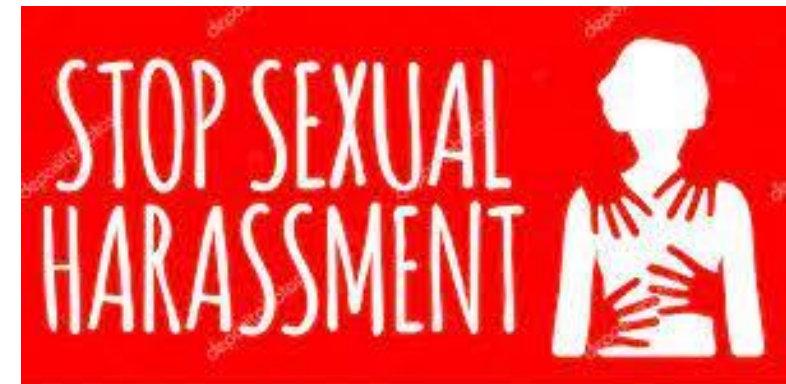
- Baixos valores para Assédio Sexual (AS), mas com uma carga dramática atendendo a serem situações vivenciadas pelos/as profissionais, com impactos no trabalho e na vida pessoal/social/familiar

「Assédio laboral e sexual (vivenciadas)」

Discriminação e assédio por sexo (%)



- A principal diferença relacionada com o Assédio Sexual está na variável “sexo”, com uma incidência maior de mulheres como vítimas
- A identificação de Discriminação Profissional ou Assédio Moral é semelhante nos respondentes homens e mulheres



Eu às seis e meia disse-lhe: Senhor doutor, eu tenho que me ir embora porque a creche do meu filho vai fechar e eu tenho a viagem para Coimbra para fazer. (...) E o senhor diretor de estágio respondeu-me: As mulheres na magistratura são um problema porque têm filhos, e há muitas licenças, e depois, não há juízes para as substituir. [CBR.MJ.10]

PERFIL SÓCIO LABORAL

Profissões judiciais feminizadas e relativamente envelhecidas, sobretudo os oficiais de justiça

TEMPO E INTENSIDADE DO TRABALHO

Os profissionais judiciais afirmam:

- trabalhar frequentemente num ritmo de trabalho elevado para cumprir os prazos, onde as magistraturas trabalham horas extra e ao fim-de-semana com frequência
- que o volume, horas, tarefas e ritmo de trabalho aumentou/aumentou muito
- Intensidade de Trabalho (maior nos Oficiais de Justiça) é mais relevante que o Tempo de Trabalho (maior nas magistraturas), com diferenças entre comarcas

RELAÇÕES LABORAIS

Os profissionais judiciais sentem-se frequentemente apoiados pelos colegas. Contudo, a avaliação que fazem do apoio dos órgãos de gestão não é tão positiva

CONDIÇÕES FÍSICAS E AMBIENTAIS

Os profissionais judiciais fazem uma avaliação global positiva das infraestruturas e equipamentos dos tribunais. Porém, a conservação e manutenção dos edifícios e equipamentos, segurança pessoal e a qualidade dos espaços de trabalho dos oficiais judiciais são avaliadas menos positivamente



DIFERENÇAS GEOGRÁFICAS

- Existem diferenças, ainda que não muito elevadas, na avaliação das condições de trabalho nos 23 Tribunais Judiciais de 1ª instância, nomeadamente na dimensão das condições físicas e ambientais

QUALIDADE DO ESPAÇO DE TRABALHO

- A qualidade do espaço de trabalho das magistraturas é avaliada de forma mais positiva do que a dos oficiais de justiça (nos oficiais de justiça parece haver uma “naturalização” das condições de trabalho)

EQUIPAMENTOS E PLATAFORMAS INFORMÁTICAS

- Necessidade de requalificação e modernização dos equipamentos e plataformas para garantir maior interoperabilidade e operabilidade (userfriendly)

DISCRIMINAÇÃO E ASSÉDIO

- A discriminação profissional atinge valores preocupantes nas 3 profissões judiciais, com especial relevo para os/as juízes/as pelas funções exercidas (independência)
- O assédio laboral é mais preocupante nos oficiais de justiça
- O assédio sexual, apesar de ter valores baixos, é relevante pelo impacto que provoca na vida das pessoas, registando maior incidência no sexo feminino



- **Condições de Trabalho nos Tribunais: *what's next?***

É necessário pensar ao nível sistémico, mas também agir em concreto:

- I. Reorganizar o modelo de gestão do sistema judicial (MJ, Conselhos, Tribunais)
- II. Efetuar um diagnóstico detalhado sobre as condições de trabalho, em várias dimensões: gestão e organização do sistema judicial, infraestruturas e edificado, sistemas e plataformas informáticas, condições de trabalho físicas e ambientais, saúde e bem-estar e conciliação trabalho-família
- III. Elaboração e implementação de um Plano de Intervenção no Edificado Judicial (PIEJ) para problemas de curto, médio e longo prazo (levantamento, planeamento e investimento)
- IV. Elaboração de um Plano de Requalificação Informática Judicial (PRIJ) – equipamentos, plataformas e programas informáticos
- V. Avaliação regular das condições de saúde dos profissionais, intervindo de forma precoce (sistema de alerta rápido), com a elaboração e implementação de um Plano de Segurança e Saúde no Trabalho (PSST)
- VI. Implementação de um Plano de Igualdade de Género (PIG) nos tribunais, com os necessários mecanismos de prevenção, denúncia e atuação

“Faz parte das exigências da profissão, é assim e sempre foi assim. Mas o que é mais perverso é que não é só o juiz que exige isto de si. São os pares, são os pares que o exigem. Um juiz matar-se a trabalhar parece ser suposto acontecer. É bem visto.” [LX.MJ.03]

*“In light of the experience during the crisis, there is certainly greater acceptance now (...) - amongst lawyers, judges, officials, and court users - that judicial and court work might be undertaken very differently in years to come.”
Richard Susskind (Agosto 2020)*

Este trabalho foi financiado por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos portugueses através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto 29039
Referência: POCI-01-0145-FEDER-029039



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
University of Coimbra





Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
University of Coimbra

CES | Alta

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra
Portugal
T +351 239 855 570
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES | Sofia

Colégio da Graça
Rua da Sofia, 136-138
3000-389 Coimbra
Portugal
T +351 239 853 649
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES | Lisboa

Picoas Plaza
Rua Viriato, 13 Lj 117/118
1050-227 Lisboa
Portugal
T +351 216 012 848
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt



**OBSERVATÓRIO
PERMANENTE DA
JUSTIÇA**



Organização
das Nações Unidas
para a Educação
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra – Alta e Sofia
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

